



*Instituto de Previdência Social dos Servidores
Públicos do Município de Bertioga*
Estado de São Paulo

**LISTA DE DOCUMENTOS
APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – ESPECIAL PROFESSOR**

- 1) Preenchimento da ficha de cadastro de benefício e requerimento;
- 2) Cópia xerográfica da portaria de nomeação no cargo efetivo;
- 3) Cópia do respectivo diploma registrado nos Órgãos competentes federais e estaduais ou de qualquer outro documento que comprove a habilitação para o exercício do magistério, na forma de lei específica;
- 4) Cópia xerográfica do último hollerith de pagamento. Em caso de cargo em comissão ou licença médica, trazer certidão da remuneração-de-contribuição do cargo efetivo decomposta.
- 5) Cópia do ato concessório de anuênio;
- 6) Cópia do ato concessório de sexta-parte;
- 7) Cópia do ato do último enquadramento do servidor (nível na carreira);
- 8) Cópia do ato concessório de adicional por qualificação (nível superior, pós-graduação, mestrado doutorado);
- 9) Cópia xerográfica do RG, CPF e comprovante do PIS/PASEP;
- 10) Cópia da certidão de casamento atualizada, se casado (a) ou divorciado (a), ou certidão de nascimento;
- 11) Certidão de tempo de contribuição do órgão público municipal de Bertioga, para o período de RPPS (BERTPREV, a partir de março/98), com suas respectivas remunerações, identificação dos períodos de regência de classe e local de trabalho, cargo em comissão ou função gratificada;
- 12) Em caso de empregos anteriores, vinculados ao INSS, e/ou o tempo de serviço público em Bertioga, vinculados ao INSS (até 28/02/98), certidão de tempo de contribuição expedida pelo INSS, acompanhada da relação das remunerações de contribuição de julho/94 em diante;
- 13) Em caso de serviço público anterior, certidão de tempo de contribuição expedida pelo respectivo órgão público, com a identificação dos períodos de regência de classe e cargo de professor (Anexo I - liquidação de tempo e II - relação das remunerações);
- 14) No caso do item 10, cópia dos registros em CTPS, complementados, quando for o caso, por declaração do estabelecimento de ensino onde foi exercida a atividade, sempre que necessária essa informação, para efeito de sua caracterização;
- 15) Comprovante de residência;
- 16) Certidão negativa de processo disciplinar no órgão patronal;
- 17) Declaração de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, a ser firmada de próprio punho;
- 18) Certidão de legalidade do acúmulo, se houver;
- 19) Declaração negativa de acumulação de benefícios;

20) Declaração de Direitos Estatutários (a ser emitido pelo RH do órgão patronal);

21) Em caso do servidor ser portador das doenças listadas no artigo 35, II, "b" do Decreto nº 9.580/18 (moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, deverá trazer LAUDO de serviço médico oficial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que deverá fixar o prazo de validade do laudo pericial, na hipótese de moléstias passíveis de controle, para fins de isenção do Imposto de Renda.